

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

Governo vai seguir restrições do TCU no leilão do Tecon Santos 10

Corte de Contas recomenda proibição de todos os armadores (donos de navios) na primeira etapa do certame

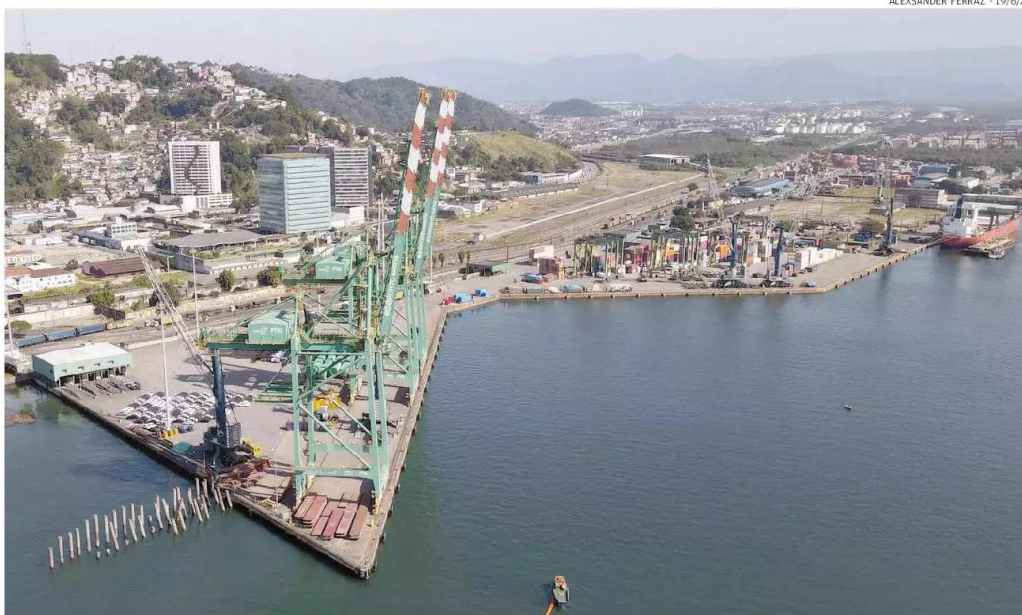
MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) vai acatar a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), que definiu, na última segunda-feira, restrições à participação de empresas no leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó. A informação foi confirmada pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila, em entrevista para A Tribuna.

O modelo definido pelo TCU é mais restritivo do que o proposto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A Corte de Contas propõe o leilão em duas fases, proibindo a participação de todos os armadores (grupos empresariais donos das frotas de navios) na primeira. A segunda etapa só ocorre se não houver interessados na inicial.

A Antaq havia definido a restrição apenas para empresas que já possuem terminais de contêineres no Porto de Santos (incumbentes). É o caso das gigantes da navegação Maersk e MSC, sócias do terminal BTP, e da CMA CGM, que controla a Santos Brasil. A decisão do TCU veta, por exemplo, a estatal chinesa Cosco, que tem interesse no certame.

“A gente já se posicionou sobre esse assunto, apoiando a modelagem



ALEXSANDER FERRAZ - 19/6/25

Governo espera leiloar a área em março do ano que vem, mas gigantes armadoras impedidas de participar já miram em processos judiciais

VAMOS CUMPRIR

ALEXSANDER FERRAZ - 14/4/25



“A gente já se posicionou sobre esse assunto, apoiando a modelagem proposta pela Antaq. O Tribunal traz um elemento adicional. A gente precisa ler o acórdão para ver como faz para aplicar. Mas nós vamos dar cumprimento ao que o Tribunal de Contas determina”

Alex Ávila
Secretário nacional de Portos

proposta pela Antaq. O Tribunal traz um elemento adicional. A gente precisa ler o acórdão para ver como faz para aplicar. Mas nós vamos dar cumprimento ao que o Tribunal de Contas determina”, afirma Alex Ávila.

PRÓXIMOS PASSOS

O secretário nacional de Portos explicou que o MPor espera a documentação completa do TCU para se debruçar sobre o tema e formalizar os ajus-

tes no processo. Segundo ele, o mais importante é que o processo continue avançando para que o leilão ocorra em março do próximo ano.

“Tivemos um passo extremamente importante, o Tribunal de Contas concluiu o julgamento da sua análise. Agora, vamos receber isso no Ministério e dar o devido tratamento”, diz Ávila. Ele destacou que a orientação é “foco total e prioridade absoluta na condução desse assunto”.

Licitação será em março e com valor de outorga mínima

BÁRBARA FARIAS

■ O leilão do Tecon Santos 10 deverá ser realizado na primeira quinzena de março de 2026, com critério de maior valor de outorga (verba que o ganhador deve pagar ao poder público), segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O ministério informou que pretende publicar o edital de licitação em janeiro, logo

após realizar um roadshow (apresentação do projeto) em embaixadas e empresas interessadas.

O MPor irá acolher a recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e estipular um valor de outorga mínimo para recebimento de uma quantia razoável para o erário e compatível com o porte do empreendimento.

O Tecon Santos 10 terá

investimentos de R\$ 6,45 bilhões e deve ampliar em 50% a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos. O empreendimento tem uma estimativa de geração de 2,5 mil empregos diretos e 5 mil indiretos.

“Esperamos uma ampla participação no leilão, já que há muitas empresas nacionais e internacionais interessadas no certame.

Sem dúvida, será o maior leilão da história e bastante competitivo”, afirma Alex Ávila, secretário nacional de Portos.

O Tecon Santos 10 ocupará área de 621,9 mil metros quadrados (m²) no cais do Saboó, no Porto de Santos. Deve operar 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) e 91 mil toneladas de carga ge-

ral. O contrato é de 25 anos.

Segundo o projeto, serão construídos quatro berços de atracação de navios para embarque e desembarque. O futuro arrendatário custeará a infraestrutura aquática do futuro Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, a ser transferido para o Valongo.